

A RAIS MIGRA como instrumento de análise do mercado de trabalho: um exercício a partir dos dados do Rio Grande do Sul

*Sheila Sara Wagner Sternberg**

As transformações que marcaram a economia nacional na década de 90 — a abertura comercial, a estabilização monetária e o processo de reestruturação produtiva — tiveram efeitos importantes sobre o mercado de trabalho. Em linhas gerais, registrou-se redução significativa do contingente de trabalhadores formalmente empregados e aumento da informalidade e do desemprego.

No Rio Grande do Sul, o período compreendido entre 1989 e 1998 mostrou um recuo da ordem de 5% no emprego formal, pela eliminação de pouco mais de 95 mil postos de trabalho, concentrados especialmente na indústria de transformação. Some-se a isso o aumento expressivo da População Economicamente Ativa (PEA), com acréscimo de cerca de 772 mil trabalhadores, no mesmo período. A conjunção desses fatores levou ao aumento das taxas de desemprego e ao dessalariamento, associado à precarização, evidenciando deteriora-

* Engenheira Química, Técnica do NET-FEE.

A autora agradece aos colegas Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho, Maria Isabel H. da Jornada, Raul L. Assumpção Bastos, Ilaine Zimmermann e Walter Pichler, do Núcleo de Estudos do Trabalho da FEE (NET-FEE), pela leitura e sugestões à versão preliminar deste texto.

Registra-se, ainda, o agradecimento dos pesquisadores do NET-FEE à Dra. Vera Marina Alves, Coordenadora da Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho e Identificação Profissional (CGETIP), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pela pronta acolhida a sua solicitação para liberação da base RAIS MIGRA para o Rio Grande do Sul. Agradecem, também, a Ricardo Friede e a Eduardo Teixeira, da Datamec-Rio, pela rapidez com que foram gerados os dados em CD-ROM e, especialmente, pela maneira sempre gentil e atenciosa com que responderam às suas dúvidas e solucionaram os problemas inerentes ao manuseio da base. Ainda um último agradecimento a Eduardo Carvalho, que, em treinamento ministrado, aportou conhecimentos valiosos aos técnicos do NET, possibilitando-lhes a incorporação efetiva dessa importante base de dados às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo Núcleo.

ção nas condições gerais do mercado de trabalho gaúcho, tradicionalmente marcado pela precariedade (Xavier Sobrinho et al., 2000).

Procurando contribuir para o entendimento das mudanças que se processam no mercado de trabalho rio-grandense, expressas sobretudo no fechamento de milhares de postos de trabalho, especialmente no setor industrial, o Núcleo de Estudos do Trabalho da FEE (NET-FEE) vem desenvolvendo diversos estudos, que utilizam a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) como principal fonte de dados.¹ Tais estudos, além de analisar o movimento do emprego formal, procuram caracterizar a força de trabalho formalmente empregada, enfocando aspectos relacionados a sua distribuição setorial, ao porte das empresas, aos atributos dos trabalhadores e seu rendimento, dentre outros. Assim, os estudos, até agora empreendidos, têm fornecido dados relevantes a respeito dos estabelecimentos empregadores, dos vínculos empregatícios e dos próprios trabalhadores, permitindo conhecer, ainda que de maneira não exaustiva, a situação daqueles que permanecem formalmente empregados.

Entretanto, considerando-se o expressivo número de postos de trabalho fechados, cada vez mais se torna necessário estudar aqueles indivíduos deslocados do mercado formal de trabalho, o que tem especial relevância para que se possa pensar em estratégias para a sua recolocação. Nesse sentido, dentre outras, algumas questões se colocam de imediato: (a) qual o destino dos desligados? (b) quais suas chances de retorno ao mercado formal? (c) quais os setores que mais expulsam trabalhadores? (d) até que ponto as características dos trabalhadores (escolaridade, faixa etária, tempo de serviço, sexo, dentre outras) influenciam no seu desligamento? (e) que atributos favorecem ou dificultam a readmissão? (f) quais os setores que mais admitem esses desligados? (g) que ações são necessárias para reinserir esses trabalhadores no mercado?

A necessidade de incluir tais questões na agenda de pesquisa sobre o mercado de trabalho e o entendimento de que as fontes de dados secundários normalmente utilizadas não poderiam respondê-las de maneira adequada, levou o NET a solicitar ao MTE a liberação da base denominada RAIS MIGRA, que, por sua organização longitudinal, permite a realização de estudos de trajetórias ocupacionais e também de mobilidade e reinserção profissional, os quais não eram possíveis apenas com a utilização da RAIS. A base RAIS MIGRA,

¹ Dentre os estudos mais recentes, destacam-se: Xavier Sobrinho *et al.* (2000); Bastos (2000); Sternberg, Jornada e Xavier Sobrinho (2000); e Xavier Sobrinho, Sternberg e Jornada (2000).

disponibilizada para a FEE em outubro de 2000, armazena os registros de todos os trabalhadores que, em algum momento do período compreendido entre os anos de 1994 e 1998, estiveram formalmente empregados no Rio Grande do Sul.

Este artigo tem por objetivo apresentar os primeiros resultados da utilização dessa base. Trata-se, evidentemente, de uma abordagem preliminar e que carece ainda de um maior aprofundamento no tratamento dos dados, o que se espera seja atingido com o prosseguimento dos estudos envolvendo esse importante manancial de dados.

O texto divide-se em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, fazem-se alguns comentários a respeito da base de dados utilizada. Na segunda seção, utilizando-se a RAIS MIGRA para o Rio Grande do Sul, compreendendo o período 1994-98, procura-se mostrar, em grandes linhas, a trajetória dos trabalhadores que, no ano de 1994, tiveram algum vínculo formal no Rio Grande do Sul e que não se encontravam mais empregados em 31 de dezembro daquele ano. Nas considerações finais, resgatam-se os principais pontos analisados, destacando-se a importância de se prosseguir com os estudos de trajetórias ocupacionais.

1 - A base RAIS MIGRA: uma breve caracterização

A RAIS MIGRA é uma base de dados extraída da RAIS, que propicia o acompanhamento, ao longo do tempo, da trajetória dos indivíduos, através de seus vínculos de trabalho no mercado formal, contemplando as dimensões geográfica, setorial e ocupacional e utilizando o mesmo critério de categorização de variáveis da RAIS.

Essa base, que conta ainda com um número bastante restrito de usuários, é disponibilizada apenas mediante solicitação ao MTE, que, via de regra, a concede àqueles usuários que já tenham uma certa tradição na utilização de registros administrativos, especialmente a RAIS. Face ao grande volume de dados envolvidos, uma vez que o pedido seja analisado e aprovado, é gerada uma base contendo um subconjunto de dados adequado à demanda do usuário. A versão da RAIS MIGRA então produzida é formada por um único arquivo, em que cada registro representa um trabalhador em estabelecimento pertencente ao corte delimitado de acordo com o contexto da pesquisa, em período de tempo determinado. Trata-se, portanto, de fotografias da situação desses trabalhadores, tomando-se como referência a sua posição ao final de cada ano da RAIS, naquele intervalo temporal contemplado pela base.

Em sua versão atual² — “Versão Painel” —, mostra a situação de cada trabalhador ao final de cada ano previsto na trajetória, considerando aspectos relacionados ao próprio trabalhador, ao estabelecimento empregador e ao vínculo empregatício que o mesmo possui. Ressalte-se que, ao final de cada ano, para cada trabalhador é armazenado na base apenas o vínculo ativo, isto é, aquele sem data de desligamento ou, para os trabalhadores que não se encontrem em atividade em 31 de dezembro, o vínculo com data de desligamento mais recente. Desse modo, considerando-se um ponto inicial no tempo, acompanham-se os mesmos indivíduos em sucessivos momentos, podendo-se, assim, compor a sua trajetória ocupacional, em um determinado intervalo de tempo.

O acompanhamento da trajetória é feito através do PIS do trabalhador,³ pesquisado nos registros da RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Assim, os dados referentes a um determinado trabalhador são captados sempre que o mesmo tiver vínculo formal e o seu empregador responder à declaração anual da RAIS. É possível identificar, então, para um determinado intervalo de tempo, aqueles trabalhadores que permanecem empregados ao longo de todo o período, aqueles que, sendo desligados em um ano específico, conseguem retornar ao mercado formal e também aqueles que, após o desligamento, não mais retornam ao mercado formal.

Ao incorporar a dimensão das trajetórias ocupacionais, a RAIS MIGRA traz, inegavelmente, um avanço significativo aos estudos sobre o comportamento do mercado de trabalho. Entretanto, assim como no caso da utilização da RAIS, o MTE chama atenção para a existência de eventuais imprecisões nos dados, o que decorre da utilização de registros administrativos que, pela sua própria natureza, não sofrem qualquer processo de crítica, sendo, por isso mesmo, passíveis de apresentarem erros provenientes de declarações mal preenchidas. No caso específico dessa base, a organização longitudinal, por unificar informações de diferentes anos, com níveis diferentes de qualidade e cobertura

² Conforme Castro (1998), a RAIS MIGRA, em sua versão original, foi concebida para atender à demanda do projeto **Trajetoórias Inter-Setoriais Ocupacionais dos Trabalhadores Desligados da Indústria** desenvolvido pelo CIET/SENAI, com apoio da FINEP, abrangendo os trabalhadores desligados da indústria de transformação em todo o País, no período compreendido entre 1989 e 1993, contemplando suas trajetórias entre o mês de desligamento e dez./95.

³ Cardoso (2000) salienta que, não raro, o próprio trabalhador abandona uma carteira de trabalho que tenha muitos registros de empregos, provocando, como consequência, alteração no seu PIS. Essa mudança voluntária pode provocar erros na base, uma vez que o acompanhamento dos trabalhadores é feito através do PIS.

de declaração, potencializa os problemas decorrentes da utilização dos registros administrativos, especialmente em níveis mais desagregados de pesquisa.

Além dessa limitação inerente à origem dos dados, é preciso considerar também outra, particularmente importante para a análise de trajetórias ocupacionais, que diz respeito à cobertura dos dados, uma vez que os registros nela contidos são restritos ao mercado formal, inviabilizando, dessa forma, a apreensão da situação de trabalhadores que não estejam formalmente empregados. Assim, quando o trabalhador deixa de ser captado pela base, é impossível saber se ele permanece ocupado — neste caso, no mercado informal —, se está desempregado ou na inatividade. Isto, sem dúvida, dificulta o traçado das trajetórias ocupacionais, já que as ocupações não formais marcaram sempre importante participação no mercado de trabalho brasileiro e, na década de 90, mostraram significativa expansão no Rio Grande do Sul (De Toni, Xavier Sobrinho, 1997; Xavier Sobrinho et al., 2000).

Feitas essas rápidas considerações a respeito da base de dados, passa-se, na seção seguinte, a comentar alguns resultados obtidos.

2 - Trajetória dos desligados, no Rio Grande do Sul, em 1994

No ano de 1994, de acordo com informações da RAIS MIGRA, foram registrados, no Rio Grande do Sul, pouco mais de 2 milhões de vínculos formais de trabalho, dos quais, ao final do ano, cerca de 22%, ou seja, aproximadamente 500 mil, não se encontravam mais ativos. Importante destacar que entre estes encontravam-se tanto os trabalhadores desligados como aqueles que deixaram de ter vínculo por razões como aposentadoria, falecimento, transferência, dentre outras. Entretanto, considerando-se que não se tem o propósito de identificar, neste estudo, os desligados de acordo com a causa de desligamento e que, além disso, os efetivamente desligados correspondem a mais de 90% daqueles que em 31.12.94 não tinham mais vínculo formal de trabalho, daqui em diante, se tratará esse conjunto de trabalhadores, genericamente, como desligados.

A análise setorial dos vínculos formais de 1994 revela que, nos nove setores de atividade, a participação dos vínculos que não se encontravam mais ativos em 31 de dezembro em relação ao total de vínculos do setor mostrou diferenciações. Na construção civil, no comércio, na agropecuária, na indústria de transformação e em serviços, a proporção dos desligamentos no ano superou a do agregado estadual. Dentre todos os setores, a construção civil destacava-se como sendo aquele em que se encontrava a maior proporção de desligamentos

no ano (cerca de 44%), apontando uma maior rotatividade dos trabalhadores desse setor comparativamente aos demais. No extremo oposto, estava a administração pública, setor em que a participação dos vínculos rompidos no ano era a menos expressiva, representando, aproximadamente, 4% do total de vínculos no setor, naquele ano (Tabela 1).

Tabela 1

Número de vínculos formais, por setores de atividade, no RS — 1994

SETORES	VÍNCULOS ATIVOS	VÍNCULOS NÃO ATIVOS	TOTAL DE VÍNCULOS
Extrativa mineral	5 632	1 400	7 032
Indústria de transformação	513 668	179 364	693 032
Serviços industriais de utilidade pública	27 801	2 509	30 310
Construção civil	62 238	48 094	110 332
Comércio	278 853	102 144	380 997
Serviços	417 780	111 434	529 214
Administração pública	330 652	14 749	345 401
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	70 535	25 435	95 970
Outros/ignorado	69 139	13 773	82 912
TOTAL	1 776 298	498 902	2 275 200

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS MIGRA Rio Grande do Sul (1994-98). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Situação em 31 de dezembro.

Considerando-se apenas aqueles vínculos que não se encontravam ativos em 31.12.94 e verificando-se a participação de cada setor nos desligamentos daquele ano, observa-se que a maior parte dos desligados estava concentrada na indústria de transformação, cerca de 179 mil desligamentos, o que representava quase 26% do total de vínculos no setor, em 1994, e 36% do total dos vínculos não ativos ao final do ano. Logo a seguir, em termos da magnitude da participação dos desligamentos no ano, aparecem os setores comércio e serviços, com participações da ordem de 20% e 22%, respectivamente, em relação ao total de desligados em 1994. Não menos importante é a participação desses setores em relação ao total de vínculos no ano, atingindo cerca de 21% para serviços e em torno de 27% para o comércio. Os demais setores tinham partici-

pações bem menos expressivas em relação ao total de vínculos não ativos no ano, conforme se pode verificar na Tabela 2. Entretanto, ao se analisar, para esses setores, a participação dos desligados em relação ao total de vínculos, verifica-se que, especialmente na construção civil, a participação dos vínculos não ativos é bastante expressiva, atingindo cerca de 44%, enquanto administração pública era o setor que apresentava a menor proporção de vínculos não ativos com cerca de 4% do total (Tabela 2).

Relativamente aos trabalhadores que foram desligados em 1994, deduz-se que duas trajetórias distintas são possíveis para eles: a reinserção no mercado formal, em pelo menos algum momento do período 1995-98, ou a saída do mercado formal,⁴ no caso daqueles que não voltaram a ter vínculo no período analisado. Evidentemente, como a base contempla apenas os vínculos formais, neste último caso não é possível identificar a situação desses trabalhadores, desconhecendo-se se os mesmos se encontram desempregados, ou exercendo alguma atividade informal, ou por conta própria, ou, ainda, se passaram para a inatividade.⁵

Acompanhando-se então a trajetória dos desligados, constata-se que, aproximadamente, 163 mil trabalhadores não voltaram a ter vínculo formal no período, o que, dito em outras palavras, significa que cerca de um terço dos trabalhadores desligados em 1994 não lograram, até 1998, reinserção no mercado de trabalho formal (Tabela 3). Também aqui é na indústria de transformação que se encontra, em termos absolutos, a maior parcela de trabalhadores que não volta ao sistema formal — aproximadamente 54 mil trabalhadores, que representam algo em torno de 30% dos desligados do setor e cerca de 33% do total de desligados que não voltaram a ter vínculo formal. Os setores serviços e comércio registram também número significativo de trabalhadores que não retornaram ao mercado formal: pouco menos de 40 mil no primeiro caso (cerca de 35% dos desligados do setor) e em torno de 33 mil no outro (33% dos desligados do setor), correspondendo, respectivamente, a cerca de 24% e 20% do total de desligados que se mantêm fora do mercado formal (Tabela 3).

⁴ Tanto no caso daqueles que voltaram ao mercado formal como para os que não lograram novo vínculo formal, a pesquisa, na base, foi feita considerando-se a possibilidade de novo contrato formal em qualquer um dos estados do Brasil e não apenas no Rio Grande do Sul.

⁵ Lembra-se, uma vez mais, que, para este exercício, não se estão considerando as diferentes causas de desligamento — demissão com justa causa, demissão sem justa causa, desligamento com justa causa, desligamento sem justa causa, transferência com ônus para o cedente, transferência sem ônus para o cedente, mudança de regime, reforma, falecimento, aposentadoria, outras causas, ignorado —, não se fazendo, portanto, distinção entre os efetivamente desligados e aqueles que saíram do mercado formal por aposentadoria, falecimento ou transferência, dentre outras causas.

Tabela 2

Número de vínculos não ativos e sua participação em relação ao total de vínculos e ao total de vínculos não ativos, por setor de atividade, no RS — 1994

SETORES	NÚMERO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
		Total de Vínculos Não Ativos	Total de Vínculos
Extrativa mineral	1 400	0,28	19,91
Indústria de transformação	179 364	35,95	25,88
Serviços industriais de utilidade pública	2 509	0,50	8,28
Construção civil	48 094	9,64	43,59
Comércio	102 144	20,47	26,81
Serviços	111 434	22,34	21,06
Administração pública	14 749	2,96	4,27
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	25 435	5,10	26,50
Outros/ignorado	13 773	2,76	16,61
TOTAL	498 902	100,00	21,93

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS MIGRA Rio Grande do Sul (1994-98). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Situação em 31 de dezembro.

Tabela 3

Número de desligados em cada setor de atividade, em 1994, que não voltaram a ter vínculo formal no período 1995-98 e sua participação percentual em relação ao total de desligados de cada setor e ao total dos que não voltaram a ter vínculo no RS

SETORES DE ORIGEM	NÚMERO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
		Desligados no Setor	Total dos que Não Voltaram a Ter Vínculo Formal
Extrativa mineral	487	34,79	0,30
Indústria de transformação	54 053	30,14	33,21
Serviços industriais de utilidade pública	1 168	46,55	0,72
Construção civil	13 521	28,11	8,31
Comércio	33 181	32,48	20,38
Serviços	38 806	34,82	23,84
Administração pública	8 117	55,03	4,99
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	8 172	32,13	5,02
Outros/ignorado	5 268	38,25	3,24
TOTAL	162 773	32,63	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS MIGRA Rio Grande do Sul (1994-98). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Os demais setores, devido a sua pequena participação no total de desligados, têm também pequena participação em relação ao total de trabalhadores que não voltaram a ter emprego formal, oscilando entre 0,30% na extrativa mineral e 8,31% na construção civil. Ainda que com participação pouco expressiva em relação ao total de trabalhadores excluídos do segmento formal, em alguns desses setores é elevada a proporção dos trabalhadores que não voltam a ter vínculo formal, como é o caso em administração pública e em serviços industriais de utilidade pública, em que, respectivamente, aproximadamente 55% e 47% dos desligados não retornaram ao mercado formal (Tabela 3).

Enfocando-se agora a situação dos cerca de 336 mil trabalhadores — aproximadamente 67% do total de desligados de 1994 — que voltaram a ter vínculo formal em algum momento do período 1995-98,⁶ observa-se que a chance de readmissão, considerando-se a possibilidade de reinserção em qualquer setor de atividade e em qualquer estado da Federação, diminui consideravelmente à medida que decorre o tempo desde o desligamento. Assim, levando-se em conta apenas o primeiro novo vínculo dos desligados de 1994 que foram admitidos no período 1995-98, verifica-se que, de acordo com a Tabela 4, cerca de 70% deles voltaram a ter emprego formal em 1995, enquanto nos anos que se seguem esse percentual caiu para algo em torno de 15%, 9% e 5%, respectivamente, em 1996, 1997 e 1998.

Ao se considerar a possibilidade de retorno ao mercado formal dos desligados de cada um dos setores de atividade, verifica-se que, em todos os casos, a exemplo do registrado para o agregado, a probabilidade de obter novo vínculo formal⁷ será tanto maior quanto menor o tempo decorrido desde o desligamento. Além disso, os percentuais de desligados, de cada setor, que voltam a ter vínculo formal, mostram-se bastante homogêneos entre si e pouco destoantes dos registrados para o conjunto de trabalhadores, no mesmo ano (Tabela 4).

⁶ Considerou-se, para esta análise, apenas o primeiro vínculo formal de cada trabalhador após o seu desligamento. Deve-se salientar, contudo, que a volta ao mercado formal não significa, obrigatoriamente, a manutenção do vínculo até o final do período. É possível que muitos desses trabalhadores, que voltaram a ter vínculo formal, tenham sido desligados e novamente admitidos ou até mesmo excluídos do mercado formal no período analisado. Entretanto não é o propósito deste artigo contemplar tais situações, mas apenas identificar os desligados que, em algum momento, voltaram a ter vínculo formal e os que não retornaram mais ao mercado formal, após seu desligamento em 1994.

⁷ Destaca-se que, também ao se tratar do retorno dos desligados de cada setor ao mercado formal, se considera a sua possibilidade de inserção em qualquer setor de atividade, independentemente de seu setor de origem, e em qualquer unidade da Federação.

Tabela 4

Percentual de desligados em cada setor de atividade, em 1994, que retornaram ao mercado formal no período 1995-98, no RS

SETORES	1995	1996	1997	1998	Total
Extrativa mineral	68,24	15,88	9,97	5,91	100,00
Indústria de transformação	72,18	14,61	8,61	4,60	100,00
Serviços industriais de utilidade pública	71,96	14,09	9,55	4,40	100,00
Construção civil	71,74	14,52	8,79	4,94	100,00
Comércio	67,61	16,29	10,02	6,07	100,00
Serviços	70,28	15,15	9,05	5,52	100,00
Administração pública	68,52	14,16	10,96	6,36	100,00
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	69,07	15,84	9,36	5,73	100,00
Outros/ignorado	69,32	15,17	9,61	5,90	100,00
TOTAL	70,47	15,13	9,13	5,27	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS MIGRA Rio Grande do Sul (1994-98). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Considera-se a possibilidade de novo vínculo formal em qualquer setor de atividade e em qualquer unidade da Federação.

Entretanto, ao se comparar a parcela de trabalhadores desligados de cada setor que volta ao mercado formal, considerando-se a possibilidade de readmissão em qualquer setor de atividade, observam-se algumas diferenças nas chances de retorno (Tabela 5). A construção civil é o setor que apresenta as melhores condições de retorno de seus desligados ao mercado formal, já que 72% deles obtiveram novo vínculo entre 1995 e 1998. A administração pública, por sua vez, é o setor em que as chances de retorno ao mercado formal são as menores — apenas 45% dos desligados desse setor tiveram novo emprego formal até o final do período considerado.

A indústria de transformação mostra, também, um grande percentual de trabalhadores que retornam ao mercado formal (cerca de 70%), ficando bastante próximo daquele registrado pela construção civil. É também nesse setor que está o maior contingente de trabalhadores que volta ao mercado formal, cerca de 125 mil trabalhadores até 1998, o que faz com que o setor detenha a maior participação em relação ao total dos trabalhadores desligados que se reinserem no mercado formal. Os “retornados” da indústria de transformação correspondem a algo em torno de 37% do total de trabalhadores desligados que se reempregam no período 1995-98, percentual bastante próximo àquele registrado para a participação do setor no total de desligados de 1994 que, conforme se destacou anteriormente, foi de 36% (Tabela 5).

Os desligados dos setores comércio e serviços mostram também boa chance de retorno ao mercado formal, com participações de cerca de 65% no primeiro e em torno de 67% no outro. Igualmente importante é a participação dos desligados desses setores em relação ao total de desligados que voltaram a ter vínculo formal, com taxas de aproximadamente 22% e 21%, respectivamente (Tabela 5). Também aqui se verifica que a participação desses setores no total de desligados que voltaram a ter vínculo formal foi bastante próxima a suas participações em relação ao total de desligados no ano, que, conforme já informado, foram de 20% no caso do comércio e 24% para serviços.

Tabela 5

Número de desligados em cada setor de atividade, em 1994, que voltaram a ter vínculo formal no período 1995-98 e sua participação percentual em relação ao total de desligados do setor e ao total de desligados que voltaram a ter vínculo formal, no RS

SETORES	NÚMERO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
		Total de Desligados no Setor	Total de Desligados que Voltaram a Ter Vínculo Formal
Extrativa mineral	913	65,21	0,27
Indústria de transformação	125 311	69,86	37,28
Serviços industriais de utilidade pública	1 341	53,45	0,40
Construção civil	34 573	71,89	10,29
Comércio	68 963	67,52	20,52
Serviços	72 628	65,18	21,61
Administração pública	6 632	44,97	1,97
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	17 263	67,87	5,14
Outros/ignorado	8 505	61,75	2,53
TOTAL	336 129	67,37	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS MIGRA Rio Grande do Sul (1994-98). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Considera-se a possibilidade de novo vínculo formal em qualquer setor de atividade e em qualquer unidade da Federação.

Um último aspecto a ser analisado em relação aos desligados que voltam a ter vínculo formal é aquele que diz respeito ao setor no qual eles se inserem. Os dados da Tabela 6 demonstram que, considerando-se a totalidade do período, para o conjunto de desligados que voltaram a ter vínculo formal, as maiores chances de readmissão se encontram na indústria de transformação (33,21%), seguida por serviços (25,93%), pelo comércio (19,21%) e pela construção civil (11,26%).

Tratando-se agora do destino dos desligados de cada um dos setores, observa-se que, com exceção dos oriundos de serviços industriais de utilidade pública (SIUP), a maior parte deles volta a ter vínculo no próprio setor de origem. A indústria de transformação é o setor que mais absorve seus próprios desligados: ao final do período, cerca de 64% dos trabalhadores desligados que voltaram ao mercado formal haviam se reempregado nesse mesmo setor. No extremo oposto, encontra-se o SIUP, em que apenas em torno de 19% dos desligados que voltaram a ter vínculo formal reingressaram nesse mesmo setor (Tabela 6).

Ao se analisar o movimento de retorno do conjunto de trabalhadores que voltaram ao mercado formal⁸ em cada um dos anos do período, constata-se que, ao longo do tempo, existem variações importantes na participação de cada setor na admissão dos desligados. Na indústria de transformação, o significativo fechamento de postos de trabalho fez com que, entre 1995 e 1998, fosse diminuindo a participação desse setor na contratação tanto dos seus próprios desligados como daqueles provenientes de outros setores de atividade. Como contrapartida, cresceram as participações de construção civil, comércio e, especialmente, serviços, na contratação dos desligados de todos os setores. Verifica-se, pois, que as atividades do Setor Terciário, mais especificamente serviços, passaram a representar uma boa chance de retorno ao mercado formal para os desligados dos demais setores.

O movimento anteriormente descrito redundou na troca de posições entre indústria de transformação e serviços, no que tange à possibilidade de admissão do conjunto dos desligados que voltaram ao mercado formal: em 1995, a maior parte deles se reempregava na indústria de transformação e, já a partir de 1997, serviços passou a ser o principal setor de destino desses desligados (Gráfico 1).

⁸ No que se refere ao retorno dos desligados ao mercado formal, considerou-se apenas a possibilidade de retorno à indústria de transformação, à construção civil e aos setores serviços e comércio, que, em conjunto, foram responsáveis por cerca de 90% das readmissões, em cada um dos anos do período analisado.

Tabela 6

Percentual dos desligados de cada setor de origem em 1994 e readmitidos, segundo o setor de atividade no qual se inserem, no RS — 1995-98

SETORES DE ORIGEM	SETORES DE DESTINO				
	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio
Extrativa mineral	36,58	19,39	0,44	14,13	9,09
Indústria de transformação	0,15	63,61	0,24	5,58	11,31
Serviços industriais de utilidade pública	0,22	13,57	19,39	24,16	9,99
Construção civil	0,36	13,20	0,52	56,45	8,33
Comércio	0,14	17,54	0,27	5,19	47,56
Serviços	0,11	14,02	0,36	6,08	15,34
Administração pública	0,18	8,14	0,51	6,11	6,89
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	0,30	13,59	0,25	7,33	8,05
Outros/ignorado	0,19	21,58	0,55	14,31	17,91
Total	0,27	33,21	0,39	11,26	19,21

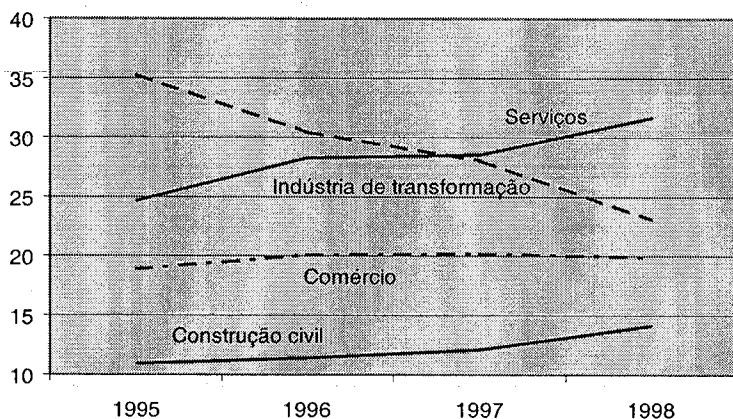
SETORES DE ORIGEM	SETORES DE DESTINO				
	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca	Outros/ Ignorado	Total
Extrativa mineral	13,47	2,74	3,83	0,33	100,00
Indústria de transformação	14,18	1,72	2,59	0,63	100,00
Serviços industriais de utilidade pública	21,55	7,46	2,61	1,04	100,00
Construção civil	15,21	1,83	3,15	0,95	100,00
Comércio	23,86	2,75	1,99	0,69	100,00
Serviços	57,39	3,87	2,08	0,74	100,00
Administração pública	17,75	58,34	1,69	0,39	100,00
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	9,14	1,81	58,72	0,82	100,00
Outros/ignorado	33,49	4,70	4,06	3,22	100,00
Total	25,93	3,63	5,32	0,77	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS MIGRA Rio Grande do Sul (1994-98) Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Considera-se a possibilidade de novo vínculo formal em qualquer unidade da Federação.

Gráfico 1

Trajetória dos desligados em 1994 e readmitidos em 1995-98,
na indústria de transformação, na construção civil,
no comércio e em serviços, no RS



FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS MIGRA Rio Grande do Sul (1994-98).
Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

A alteração que se processou nas chances de reingresso na indústria de transformação e em serviços se coaduna com a mudança verificada no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, que, no segmento formal, registrou queda do emprego industrial e aumento da participação de serviços, fazendo com que, no final da década de 90, se tivesse uma nova distribuição setorial do emprego, passando o setor serviços a ocupar a primeira posição em concentração de mão-de-obra no Estado, desbancando a indústria de transformação (Xavier Sobrinho et al., 2000).

3 - Considerações finais

A análise apresentada a respeito das trajetórias ocupacionais dos desligados, em 1994, no Rio Grande do Sul, ainda que preliminar e carecendo, portanto, de um maior aprofundamento, aponta a dificuldade de reinserção, no merca-

do formal, de parcela significativa desses trabalhadores, sinalizando que a seletividade para o acesso aos empregos de melhor qualidade vem se acentuando.

Para aqueles trabalhadores que voltam a ter vínculo formal em pelo menos algum momento do período 1995-98 — cerca de dois terços dos desligados —, verifica-se que o tempo decorrido desde o desligamento influi diretamente nas suas chances de retorno, identificando-se que, quanto mais tempo o indivíduo estiver desempregado, menor será a sua probabilidade de obtenção de novo vínculo formal. Assim, a maior parte dos que voltam ao mercado formal o faz no primeiro ano após o desligamento, registrando-se, nos anos seguintes, diminuição significativa na parcela de trabalhadores que se reemprega.

Ainda em relação aos trabalhadores que retornam ao mercado formal, constata-se que a maior parte deles é readmitida no seu setor de origem. Entretanto o expressivo fechamento de postos de trabalho no setor industrial fez com que, ao longo do tempo, diminuíssem as chances de retorno a esse setor, especialmente para seus próprios desligados, o que foi acompanhado pela migração de trabalhadores para os setores comércio e, especialmente, serviços. Como decorrência, ao final do período analisado, a indústria havia deixado de ser a maior absorvedora dos desligados, enquanto o setor serviços assumia a primeira posição. A migração intersetorial faz com que, na volta ao mercado formal, nem sempre se preservem as habilidades e qualificações previamente adquiridas.

No caso daqueles trabalhadores que não voltaram a ter vínculo formal (cerca de 163 mil trabalhadores), registra-se que a maior parte provinha da indústria de transformação — aproximadamente 33% desse total —, setor em que ocorreu o fechamento de milhares de postos de trabalho. Ainda que não se tenha a dimensão exata do destino dos trabalhadores que não voltaram a ter vínculo formal, já que a base se limita ao âmbito do mercado formal, a exclusão desse segmento do mercado de trabalho é uma situação por si só bastante preocupante, já que as ocupações formais são tradicionalmente as que se configuram como as de melhor qualidade, quer pelos melhores rendimentos, quer pela “proteção legal” que representam.

Embora até aqui se tenham apontado alguns elementos importantes a respeito das perspectivas de reinserção profissional dos desligados, entende-se que muito ainda se deve avançar, em termos de análise, para que se conheçam os aspectos que têm influência sobre o futuro profissional desses desligados. Nesse sentido, a RAIS MIGRA, apesar de suas limitações, é uma base de dados de grande potencial analítico, que, ao permitir o estudo de trajetórias ocupacionais, poderá contribuir para o entendimento da maneira pela qual vem se dando a reinserção dos desligados, contribuindo para a identificação dos atributos que estão sendo requeridos para a manutenção do emprego e para a contratação de trabalhadores.

O NET, buscando aprofundar o conhecimento sobre a realidade do mercado de trabalho sul-rio-grandense, deverá desenvolver, no futuro próximo, novos estudos que utilizem a RAIS MIGRA como fonte dos dados. Espera-se, assim, poder subsidiar ações do poder público na elaboração de políticas e programas de requalificação profissional que busquem uma melhor inserção daqueles trabalhadores desligados, atuando efetivamente sobre suas chances de retorno ao mercado formal.

Bibliografia

- BASTOS, Raul Assumpção (2000). Emprego e produtividade na indústria de transformação do Rio Grande do Sul: alguns aspectos dos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.28, n.1, p.137-180.
- CARDOSO, Adalberto M. (1998). Trabalhar, verbo intransitivo: trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria automobilística. **Dados: revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v.41, n.4, p.701-750.
- CARDOSO, Adalberto M. (2000). Os deserdados da indústria: um estudo sobre seus riscos e seus ativos no mercado de trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, v.2, n.4, p.114-185.
- CARDOSO, Adalberto M. (2000a). **Trabalhar, verbo intransitivo**: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística. Rio de Janeiro : FGV.
- CARUSO, Luis Antônio, PERO, Valéria (1996). **Trajetórias intersetoriais dos trabalhadores desligados da indústria**. Rio de Janeiro : SENAI/DN/CIET.
- CARUSO, Luis Antônio C., PERO, Valéria (1997). Empregabilidade e reconversão profissional trabalhadores desligados da indústria. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo : Fundação SEADE, v.11, n.1, p.70-81.
- CASTRO, Nadya Araújo (1998). **Mercado de trabalho industrial, seletividade e qualificação**: contribuição das análises longitudinais. S.n.t. (mimeo).
- CASTRO, Nadya A., CARDOSO, Adalberto M., CARUSO, Luis Antônio C. (1997). Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo de novo nas agendas dos estudos sociais do trabalho no Brasil? **Contemporaneidade e Educação**. Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.7-23.
- DE TONI, Miriam, XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (1997). **Emprego**. Porto Alegre: SCP: FEE: METROPLAN. Projeto RS 2010.

STERNBERG, Sheila S. Wagner, JORNADA, Maria Isabel H., XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (2000). O emprego formal no RS, nos anos 90: diferenciais na retração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.27, n.4, p.209-248.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et al. (2000). Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. In: Fligenspan, Flávio B., org. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre : FEE.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F., STERNBERG, Sheila S. Wagner, JORNADA, Maria Isabel H. (2000). Escolaridade do trabalhador formal no RS: evolução em um quadro de diversidades regionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.28, n.3.